

A dimensão ética na produção do conhecimento

Zuleika Köhler Gonzales

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Andrea Fricke Duarte

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Queremos neste momento, trazer para nossos estudos, uma discussão sobre a ética em nossos processos de criação no âmbito da pesquisa científica. Buscamos, assim, pensar a ética na dimensão do estudo e da produção do conhecimento, considerando que daí engendram-se arranjos que envolvem modos de ser sujeito, o Estado, as instituições e os saberes nos processos de subjetivação contemporâneos. Com isto, colocamos em pauta, uma discussão ética sobre os modos em que o sujeito aparece como objeto de uma determinada relação de conhecimento e de poder, em formas e modelos de verdades que por sua vez, são praticados e sustentados nos mais diversos campos sociais. Queremos, ainda, articular essa discussão ética da subjetivação no mundo contemporâneo, com a noção de 'sujeito de direitos' e a formalização das instituições no estabelecimento de parâmetros de validade nas dimensões da vida.

Podemos pensar a dimensão ética como a reflexão sobre os modos de vida e a relação consigo mesmo e com os outros. Nesta problematização incide a constituição de um sujeito humano em suas mais diferentes formas através dos jogos vigentes de verdade que se apresentam – como objetivo de nossa discussão neste momento – nos esquemas científicos presentes em nossas práticas acadêmicas.

Neste sentido, colocar em debate a ética na produção do conhecimento é colocar em questão as formas e modelos de verdade que praticamos e estabelecemos em nossos estudos acadêmicos. Por outro lado, é se perguntar como desenvolvemos determinados pensamentos teórico-conceituais em detrimento de outros, em que condições se produz determinado conhecimento e em que agenciamentos políticos esses saberes-conhecimentos se

inscrevem. É indagar ainda como estamos formulando e prescrevendo modos de se viver a partir de nossos estudos e práticas acadêmicas.

Cabe colocarmos em pauta o lugar de onde partimos para tecer nossas indagações éticas. O campo psi, no qual nos situamos, vem se constituindo como uma ciência, por um lado, com vistas a um desvelamento de estruturas pré-estabelecidas e dadas a priori de um sujeito psicológico; por outros, em busca de supostos ou premissas de verdade que legitimem o melhor modo de se conduzir comportamentos, adaptar sujeitos a ditames das normas em vigor, e a fortalecer parâmetros de normalidade e de eficiência de acordo com o modelo político-econômico de cunho liberal-capitalista. Neste cenário, a constituição do indivíduo moderno se institui como ponto-chave na elaboração destes saberes-verdades do campo psi. O que vem a ser a constituição deste indivíduo moderno? São processos que transformam cada um em uma unidade política a ser investida no conjunto de uma sociedade.

A experiência de individualização no campo social e político remonta à emergência dos estados modernos, que por sua vez, derivam de uma matriz cristã mais arcaica em que todos são iguais e irmãos perante Deus passando, na modernidade, a ser iguais e governados perante a lei do Estado.

Então, se de alguma forma esta noção de indivíduo é concebida na igualdade de um perante os demais deste conjunto social, ocorre o surgimento de um indivíduo autônomo e dotado de uma interioridade que o singulariza e o dota de uma liberdade que se constitui como base contratual dos estados modernos e fonte dos aparatos de governo estabelecidos no novo regime.

Com a emergência de um indivíduo soberano – livre e autônomo – regulado pela lei contratada no estado se vê também a emergência de um indivíduo disciplinado e ordenado pela norma que determina a sua filiação aos parâmetros de normalidade. Aqui o indivíduo torna-se não apenas fonte, mas também alvo do investimento estatal constituindo-se como objeto de conhecimento tanto em seu corpo individual como em seu corpo como espécie no que se formalizou como um investimento nas populações para melhor governar as dimensões da vida neste corpus social. Vemos assim um indivíduo que não apenas se molda aos ditames de governabilidade, mas também que é caracterizado de acordo com padrões homogêneos estabelecidos por práticas científicas de verdade, possibilitando o destaque e o investimento econômico-político em cada um neste arranjo social.

Então, se falamos a partir de um campo da ciência contemporânea que se constituiu em torno de técnicas de

individualização e da constituição de um eu íntimo – de crença em uma interioridade e de uma essência do sujeito – tomando esta invenção do indivíduo moderno como ponto central para imprimir tecnologias de si em torno deste eu psicológico e de práticas de saber para o fortalecimento e legitimação desta dicotomia indivíduo-sociedade, podemos assim, numa perspectiva ética, problematizar como este campo se institui através de saberes que se assentam em processos de individualização do social e de dessocialização do indivíduo.

As práticas de pesquisa que se impõem nestas questões instauram uma versão de sujeito, uma versão de mundo e uma versão de sociedade. A ética responde a este caráter de dar a ver, como foi dito antes, a estrutura de todo discurso. Não mais falando em nome de uma verdade totalitária, mas de verdades possíveis, e como nos legou Foucault, a procurar compreender as condições de possibilidade de instauração de um campo discursivo em detrimento de outro, a grande questão que nos colocamos, é a de se perguntar a cada vez, como fazer isso.

Para iniciar então, uma reflexão sobre a ética na pesquisa à luz de novos desafios, propomos três pontos que nos parecem fundamentais de abordar. O primeiro deles diz respeito ao ponto de partida de toda pesquisa: é preciso reconhecer que partimos de e para uma interrogação sobre a qual desconhecemos a resposta. Aqui quem nos

instiga a pensar é o crítico literário Maurice Blanchot (2001) quando ele diz que uma questão seria “o local onde a palavra sempre se dá como inacabada”, sendo a palavra inacabada aquela que porta um vazio. Por portar essa incompletude, Blanchot diz que a questão “oferece-nos a coisas e oferece-nos o vazio que nos permite não tê-la ainda ou tê-la como desejo (p.43)”. Afirmando que a questão é o desejo do pensamento. Este seria o primeiro ato de coragem, o lançamento sobre algo que ainda não sabemos, mas apostamos no advir. Pois vai lançar ao horizonte da pesquisa não a busca por confirmação de verdades pré estabelecidas, mas vai justamente se colocar sobre o *impensado*. Segundo Foucault,

Na experiência moderna, a possibilidade de instaurar o homem num saber, ou o simples aparecimento desta figura nova no campo da *épistémê* implicam um imperativo que importuna interiormente o pensamento; (...) o essencial é que o pensamento seja, por si mesmo e na espessura do seu trabalho, ao mesmo tempo saber e modificação do que ele sabe, reflexão e transformação do **modo de ser** (grifos nossos) daquilo sobre o que ele reflete. Ele põe em movimento, desde logo, aquilo que toca: não pode descobrir o impensado, ou ao menos ir em sua direção, sem logo aproximá-lo de si – ou talvez ainda, sem afastá-lo sem que o ser do homem, em todo o caso, uma vez que ele se desenrola nessa distância, não se ache, por isso mesmo, alterado. (p.343)

Portanto, o primeiro desafio ético de uma pesquisa seria enfrentar o seu lançamento em direção ao desconhecido, reconhecendo que haverá necessariamente uma transformação em jogo. O saber com o qual se tem como ferramenta, se põe em movimento e de modo simultâneo, se modifica pesquisador e pesquisado, sujeito e objeto, e neste processo de busca percebemos ao mesmo tempo a instauração de um novo conhecimento, uma alteração acontece.

Em segundo lugar, a pesquisa que parte da produção de subjetividade sabe que nada está dado como natural e que as coisas não existem desde sempre, mas são frutos de uma construção histórica e social a qual, ao mesmo tempo em que se produz acaba por instaurar os elementos que a configuram. No campo da psicanálise, por exemplo, a revolução mesma provocada por Freud, é justamente instaurar a noção de inconsciente como um saber que não se sabe. O estatuto do sujeito e do objeto, aqui, marca-passo ético da pesquisa e do trabalho analítico, é a constatação de que o pesquisador em psicanálise cria seu próprio objeto, instaura o sujeito analítico desde a invenção freudiana da psicanálise. Portanto a categoria de verdades universais cai por terra, e a única possibilidade de afirmar uma verdade é compreendendo dela sua versão singular, portanto parcial e falha, desde uma lógica de um todo.

Este seria o segundo desafio ético, a

assunção de que toda produção de conhecimento enfrenta um caráter de parcialidade e incompletude. Este desafio ético vai nos levar diretamente para um terceiro, o embate ao qual nos vemos tomados na questão ética na pesquisa e na produção do conhecimento é essa que se depara com a produção de singularidade versus o social e a possibilidade de compartilhamento do saber. Quando se quer estar em diálogo com a criação, seja a produção de um objeto de arte, seja em um discurso, em um pensamento, a abertura para a incompletude e a necessidade de criar um espaço de habitação para o outro, para o diferente, para o leitor, ou seja, para aquilo que vai desestabilizar o dito/escrito, o que está fora do meu alcance, o que está dado em processo e ou inacabamento, algo se instaura neste ato de tomar qualquer produção como inacabada e faltante, pois relança o saber naquilo que o funda, a interrogação que põe à prova todo o dito.

Ao inserir no trabalho um espaço de desestabilização enfrentamos um novo desafio. Para Valéry ([1938] 2007), tanto o trabalho do pensamento erudito quanto o do pensamento do artista existe uma espécie de “não sei que de pressentimento das reações externas que serão provocadas pela obra em formação: dificilmente o homem está sozinho” (p.183) ele diz, colocando em cena a dimensão daquilo que está como que exterior ao trabalho. Diz ele ainda que: “...o espírito vai e volta incessantemente do

Mesmo para o Outro; e modifica o que é produzido por seu ser mais interior, através dessa sensação particular de julgamento de terceiros.” (p.183). Reconhecendo que há um efeito das obras para aquele que vai ser o leitor, ou o ouvinte ou ainda o expectador, reunidos por Valéry pelo nome de consumidor.

Ou seja, no próprio desenvolvimento do trabalho do pensamento, seja ele intelectual ou o artista, habita uma dimensão exterior que compõe o trabalho e que suspende momentaneamente a dicotomia singular/coletivo. Podemos nos perguntar quando o singular adquire esta qualidade de ser passível de compartilhamento. Para Haroldo de Campos (1977, p.19), será no campo da criação, que envolve pensar a arte como horizonte do provável, ou como obra de arte aberta. Diz ele, que se instaura neste projeto de obra de arte “a categoria do provisório a sua própria categoria da criação, pondo em questão, constantemente a ideia mesma de obra conclusa, instalando o transitório onde, segundo uma perspectiva clássica, vigeria a imutabilidade perfeita e paradigmática dos objetos eternos.” E ao acolher esta nova perspectiva, algo fundamental que entra em questão: a leitura do trabalho.

Duas noções fundamentais são colocadas e que vão dar sustentação a certa mobilidade ao pensamento: evidenciar o caráter processual e de inacabamento de uma ideia, e necessariamente problematizar a

relação entre a informação e o seu consumo, no caso a estética, colocada aqui por Campos, onde a multiplicidade entra em cena com a noção de que toda leitura é uma escritura. E que suspende por um instante a dicotomia particular/coletivo e nos instiga também a problematizar a questão da autoria, tema para outros debates.

Para retomar e finalizar os três desafios éticos aqui propostos, o encontro com o impensado, o deparar-se com a parcialidade e inacabamento do pensamento e a abertura do trabalho para a exterioridade, no caso o leitor e vocês, ouvintes deste texto, acreditamos que estes desafios nos foram colocados também na própria escrita deste texto, e que eles implicam numa abertura radical e necessária na experiência do conhecimento.

Referências

- Blanchot, Maurice. *A conversa infinita – a palavra plural (palavra de escrita)*. Vol.1. São Paulo: Escuta, 2001.
- Campos, Haroldo. *A arte no horizonte do provável*, São Paulo: Perspectiva, 1977.
- Foucault, Michel, *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- _____, Estruturalismo e Pós-estruturalismo. In: *Ditos e Escritos 2 – Ed. Forense Universitária*, 2006.

Valéry, Paul. *Variedades. Iluminuras*: São Paulo, 2007.

Zuleika Köhler Gonzales e Andrea Fricke

Duarte: São doutorandas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. E-mail:

zuleika3012@yahoo.com.br;

deiafrisu@hotmail.com